

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – A Atividade Econômica, a Regulação e a Normatização.....	9
2.1 A atividade econômica e a atuação do Estado	21
2.1.1 Livre-iniciativa e concorrência: dois valores a serem protegidos na regulação	27
2.1.2 A livre iniciativa no âmbito legislativo	33
2.2 A Regulação. Elementos caracterizadores da atividade regulatória	35
2.2.1 A influência norte-americana.....	39
2.2.2 O movimento regulatório brasileiro nos anos 90 do século XX ...	46
2.2.3 As Agências Reguladoras enquanto entidades autárquicas autônomas. Tipologia.	49
2.2.4 Evolução rápida da economia e da tecnologia e a necessidade da eficiente intervenção do Estado Regulador	57
2.3 Normatização como elemento essencial da Regulação	63
2.3.1 A regulação e suas teorias	63
2.3.2. As teorias em si.....	69
2.3.3. A normatização como elemento essencial da Regulação	76
Capítulo 3 – Arcabouço Jurídico do Princípio da Legalidade e da Normatização Administrativa	93
3.1 Princípio da legalidade e seus consectários	97
3.1.1 O princípio da legalidade e o início de sua mutação	105
3.1.2 O abuso do poder regulamentar em tempos não tão remotos.....	111
3.1.3 A legalidade no pós-Segunda Guerra	118
3.1.4 A doutrina do <i>rulemaking</i> das agências reguladoras.....	130

3.1.5 Reserva legal e “preferência da lei”. Os argumentos contrários e favoráveis aos atos normativos autônomos do Poder Executivo e de seus órgãos administrativos	134
3.1.5.1 A doutrina contrária à edição de atos normativos autônomos pelos órgãos da Administração (a indelegabilidade)	139
3.1.5.2 A reserva legal e a “preferência da lei”	146
3.2 “Separação dos Poderes” e o poder normativo da Administração	156
3.2.1 O alcance do princípio da legalidade para a Administração e a questão da delegação legislativa	171
3.2.2 A juridicidade	179
3.2.3 O poder normativo do Executivo sem delegação legislativa	186
3.2.3.1 A chamada “reserva de administração”	187
3.2.3.2 Alguns julgados específicos sobre a reserva da administração	195
3.3 Argumentos para a admissão dos atos normativos autônomos da Administração.....	201
3.3.1 A (Re) interpretação da legalidade	204
3.3.2 A mutação constitucional do art. 25, inciso I, do ADCT	213
3.3.3 A interpretação da expressão “todas as matérias” do art. 48 da CF/88	222
3.3.4 Argumentos a favor da delegabilidade normativa e do regulamento autônomo no direito brasileiro	225
3.3.5 Fechamento do capítulo	232
Capítulo 4 – A Importância da Normatização Autônoma para a Regulação. Seus Critérios e Controles.....	237
4.1 Economia, Volatilidade e Necessidade de Rápida Normatização Administrativa	237
4.2 A Necessidade de Alguns Critérios e Controles	245

4.2.1 Observância às normas constitucionais e à juridicidade.....	245
4.2.2 Observância aos princípios da Ordem Econômica Constitucional	250
4.2.3 Técnica das normas editadas pelas agências reguladoras.....	252
4.2.4 Democracia na confecção das normas	252
4.2.5 Controles	253
4.3 A técnica das normas autônomas das agências como mais um critério	254
4.4 O processo democrático (e Efetivo) da confecção das normas dos órgãos reguladores. A procedimentalização das normas: como evitar o abuso ou o excesso	264
4.4.1 As consultas e as audiências públicas como mecanismos democráticos no processo de confecção dos atos normativos regulatórios	273
4.4.2 Participação dos interessados nas consultas/audiências públicas ...	282
4.4.3 A consideração expressa dos argumentos dos interessados e não apenas a sua oitiva.....	294
4.4.3.1 Participação popular possibilitada ou efetivada?	299
4.4.3.2 Os argumentos dos interessados vinculam a agência? Em que nível?	304
4.4.4 As chamadas “LINDB” (Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro) e “lei-quadro das agências” (Lei nº 13.848/2019)	307
4.4.4.1 A Lei nº 13.655/2018	307
4.4.4.2 A Lei nº 13.848/2019	309
4.4.4.3 A Lei nº 13.874/2019	319
4.5 Controle das normas no Poder Executivo	321
4.5.1 Supervisão ministerial	321
4.5.2 Controle via justiça administrativa	330

4.6 Controle das normas pelo Poder Legislativo.....	331
4.7 Controle das normas pelo Poder Judiciário	335
4.7.1 A Justiça Administrativa e o seu papel no controle da normatização autônoma das agências.....	337
4.7.1.1 O CADE, a normatização e sua atuação judicante	356
4.7.1.2 A justiça administrativa como forma de atingimento da eficiência	357
4.7.2 A Deferência Judicial.....	361
4.7.2.1 Alguns casos concretos de deferência no âmbito dos órgãos judiciários estrangeiros.....	365
4.7.2.2 Alguns casos concretos de deferência no âmbito dos órgãos judiciários nacionais	377
4.7.3 O Controle dos atos normativos das agências pelo Poder Judiciário	386
4.8 Formulação de critérios, limites e controle dos atos normativos autônomos	398
Capítulo 5 – Conclusão	403
Referências	419